



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Decisão do Copom e balanços de bancos são destaques no Brasil. Nos EUA, atenção para o payroll.

- No cenário doméstico, o destaque será a decisão de política monetária do Copom, na próxima quarta-feira (5), com a maioria do mercado projetando nova redução de 0,25 p.p. da taxa Selic, para 14,0% a.a.** Apesar do ruído gerado na última reunião, quando o Comitê decidiu pela redução dos juros mesmo apontando para um cenário desafiador, a expectativa é de continuidade do ciclo de cortes. Esse cenário é sustentado pela combinação de dados mais fracos de atividade no 2T26, sinais de acomodação do mercado de trabalho e leituras de inflação um pouco mais favoráveis nas últimas semanas. Assim, as atenções devem se concentrar na comunicação do Comitê, sobretudo sobre se o BC manterá em aberto a possibilidade de novas reduções à frente. Também será relevante acompanhar a atualização das projeções de inflação, agora com o 1T28 como novo horizonte relevante, para o qual, na última reunião, a estimativa estava em 3,2%, próxima da meta de 3,0%. Uma projeção nesse patamar pode manter em aberto a discussão sobre a continuidade da flexibilização monetária na próxima reunião (15 e 16 de setembro).
- Na agenda de indicadores, o IBGE traz os dados de junho da produção industrial, que deve voltar a mostrar enfraquecimento na margem.** O resultado será divulgado na terça-feira (4) e o consenso dos analistas projeta queda de 0,8% no mês, a segunda consecutiva (-0,2% em maio), reforçando os sinais de perda de dinamismo da atividade econômica. Apesar disso, o resultado deve ser suficiente para o setor registrar expansão no 2T26, sustentado pela indústria extrativa, que tem apresentado bom desempenho desde 2025, impulsionada pelo segmento de óleo e gás. No acumulado do ano, o crescimento da produção industrial deve acelerar de 1,4% para 1,7%.
- No setor externo, a balança comercial deve manter forte superávit em julho.** A expectativa do mercado é de saldo positivo de US\$ 8,4 bi no mês, superior ao de jul/25 (US\$ 7,0 bi), com as exportações crescendo em maior intensidade do que as importações. As vendas de soja, minério, petróleo e carnes devem seguir impulsionando as exportações, enquanto as importações devem mostrar alta mais contida, em função da desaceleração econômica. A Secex divulga o resultado na quinta (6).
- No setor bancário, Itaú e Bradesco dão continuidade à divulgação dos resultados referentes ao 2T26.** O Itaú divulga seu balanço na terça (4), após o fechamento do mercado, com expectativa de lucro de R\$ 12,4 bi no trimestre, alta de 1,4% ante o trimestre anterior e de 8,3% na comparação anual, mantendo o bom desempenho da instituição. No dia seguinte (5), é a vez do Bradesco, com projeção de lucro líquido de R\$ 7,0 bi, seguindo em trajetória de recuperação, com altas de 2,7% no trimestre e de 15,3% ante o 2T25. O Banco Inter (5) e o ABC (6) também divulgam seus resultados na semana.

Calendário de Divulgação e Estimativa de Lucro dos Bancos com Capital Aberto para o 2T26

Banco	Data	Estimativa de Lucro Líquido no 2T26 Em R\$ mi	Var. % Trimestral	Var. % Anual
Itaú	04/ago	12.459,8	1,4%	8,3%
Bradesco	05/ago	6.996,5	2,7%	15,3%
Inter	05/ago	411,0	-1,6%	23,7%
ABC	06/ago	262,9	14,2%	7,7%
BTG Pactual	11/ago	4.853,0	0,9%	16,0%
Pine	12/ago	165,0	10,1%	98,8%
Banco do Brasil	12/ago	3.721,3	8,5%	-1,7%
BMG	13/ago	152,0	3,4%	21,6%
Nubank	13/ago	4.980,6	8,7%	38,1%
Banrisul	13/ago	303,3	36,9%	-19,7%
XP	17/ago	1.362,5	3,4%	3,1%

Fonte: Áreas de RI dos bancos e Bloomberg



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Nos EUA, destaque na semana para a divulgação do relatório de emprego (*payroll*) de julho, na sexta (7). O consenso de mercado projeta a geração de 80 mil vagas no mês, pouco abaixo da média observada no 1º semestre (92 mil), mas acima do registrado em junho (57 mil). Já a taxa de desemprego deve permanecer estável em 4,2%. Apesar da leve recuperação esperada na criação de postos, os números devem seguir compatíveis com um cenário de moderação gradual do mercado de trabalho norte-americano, embora com o desemprego ainda em patamar baixo, mantendo o viés de alta para a taxa de juros no país.

Na China, serão conhecidos os números da balança comercial de julho, que devem voltar a apresentar taxas elevadas de crescimento do comércio exterior. O consenso de mercado aponta expansão de 22,9% das exportações no comparativo com jul/25 (ante 27,0% em junho), mantendo o segmento como vetor relevante de sustentação da atividade do país. Já as importações devem avançar 29,1% no mesmo comparativo, desacelerando ante a alta de 36,0% de junho, com avanço ainda relevante de itens de tecnologia, dado o *boom* no segmento de IA. Os dados serão divulgados nesta sexta (7).

Por fim, a semana traz a divulgação de diversas prévias de atividade (PMI/ISM) das principais economias do mundo. Nos EUA, as leituras do ISM e dos PMIs (manufatura e serviços) devem permanecer em patamar compatível com expansão moderada da atividade. Na Zona do Euro, os indicadores tendem a confirmar uma recuperação gradual, ainda que limitada, enquanto na China os PMIs devem seguir próximos dos níveis neutros (50 pts), sugerindo baixo dinamismo da economia.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
04/ago	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Jul/26	-	28,00% a/a
04/ago	IBGE: Produção Industrial (PIM)	Jun/26	-0,8% m/m 3,1% a/a	-0,2% m/m 0,2% a/a
05/ago	BCB: Reunião do Copom	-	14,00% aa	14,25% aa
06/ago	Secex: Balança Comercial	Jul/26	US\$ 8,4 bi	US\$ 9,8 bi
07/ago	FGV: IGP-DI	Jul/26	-1,00% m/m 2,62% a/a	-0,79% m/m 3,58% a/a
07/ago	Anfavea: Produção de Veículos	Jul/26	-	17,19% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
02/ago	China	PMI Manufatura (Rating Dog)	Jul/26	52,0 pts	51,7 pts
03/ago	Zona do Euro	PMI Manufatura	Jul/26 - final	52,0 pts	51,4 pts
03/ago	EUA	ISM / PMI Manufatura	Jul/26 - final	53,9 pts / 53,8 pts	53,3 pts / 53,9 pts
04/ago	China	PMI Serviços (Rating Dog)	Jul/26	53,7 pts	54,1 pts
05/ago	Zona do Euro	PMI Serviços	Jul/26 - final	51,6 pts	49,4 pts
05/ago	Zona do Euro	Inflação ao Produtor (PPI)	Jun/26	-0,3% m/m 4,6% a/a	0,2% m/m 5,9% a/a
05/ago	EUA	ISM / PMI Serviços	Jul/26 - final	54,5 pts / 53,6 pts	54,0 pts / 51,2 pts
06/ago	Zona do Euro	Vendas no varejo	Jun/26	0,1% m/m	0,2% m/m
06/ago	EUA	Estoque no atacado	Jun/26	0,3% m/m	0,1% m/m
07/ago	China	Balança Comercial (Exportações / Importações)	Jul/26	22,9% a/a 29,1% a/a	27,0% a/a 36,0% a/a
07/ago	EUA	Dados do Mercado de Trabalho Geração de Vagas / Taxa de Desemprego	Jul/26	80 mil / 4,2%	57 mil / 4,2%
07/ago	EUA	Crédito ao consumidor	Jun/26	US\$ 11,2 bi	US\$ -0,2 bi

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Inflação e mercado de trabalho trazem novos sinais de acomodação

O IPCA-15 ficou praticamente estável em julho, com alta de 0,06%, a menor taxa para o mês desde 2023 (-0,07%). O número veio abaixo da mediana (+0,22%) e do piso das expectativas (+0,15%) coletadas pela Bloomberg. No acumulado de 12 meses, o índice desacelerou de 4,80% para 4,52%, aproximando-se do teto da meta (4,50%).

O destaque da leitura foi a deflação do grupo alimentação e bebidas (-0,66%), após oito meses de altas consecutivas, período em que apresentou variação média mensal de 0,65%. A queda foi puxada pela alimentação no domicílio (-1,14%), em função dos recuos nos preços dos tubérculos (-9,51%), ovos (-1,76%), frutas (-1,55%), arroz (-0,81%) e carnes (-0,34%). Tais recuos mais que compensaram a inflação da alimentação fora do domicílio, que acelerou para 0,55% (ante +0,40%). Os grupos vestuário (-0,33%), educação (-0,04%) e comunicação (-0,02%) também registraram deflação no mês.

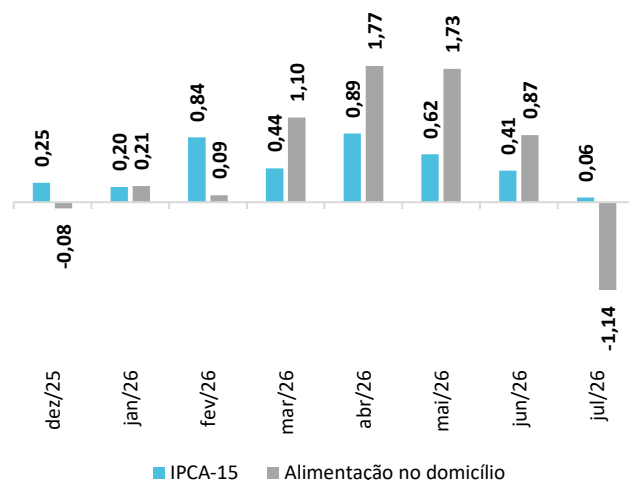
Entre os demais grupos, a maior alta veio de habitação (+0,97%), pressionada pela energia elétrica (+3,03%), responsável pelo maior impacto individual no mês (+0,12 p.p.), em função da vigência da bandeira amarela e de novos reajustes em diversas capitais, incluindo São Paulo. Destaque também para o grupo transportes, que subiu 0,11% após dois meses em queda, em razão da alta das passagens aéreas (+11,70%) e menor queda dos combustíveis (-0,90%; ante -1,22%).

No acumulado de 12 meses, houve alívio bastante disseminado entre os principais componentes do índice. A alimentação no domicílio, que vinha sendo o principal vetor de aceleração do indicador, desacelerou para 2,63% (ante +3,40%). O maior avanço continua concentrado nos itens monitorados, que também desaceleraram na margem (5,33%; ante 5,50%). Já o núcleo de serviços, importante para a condução da política monetária, desacelerou para 5,08%, menor nível desde set/24 (4,61%), enquanto a média dos núcleos saiu de 4,45% para 4,35%.

Portanto, o IPCA-15 trouxe número abaixo do esperado, com alívio importante na alimentação no domicílio, mas também com arrefecimento em itens relevantes, como os serviços. Contudo, o ambiente permanece desafiador, com a perspectiva de o fenômeno climático *El Niño* gerar pressão adicional sobre os preços no 2º semestre, além das incertezas quanto à guerra no Oriente Médio.

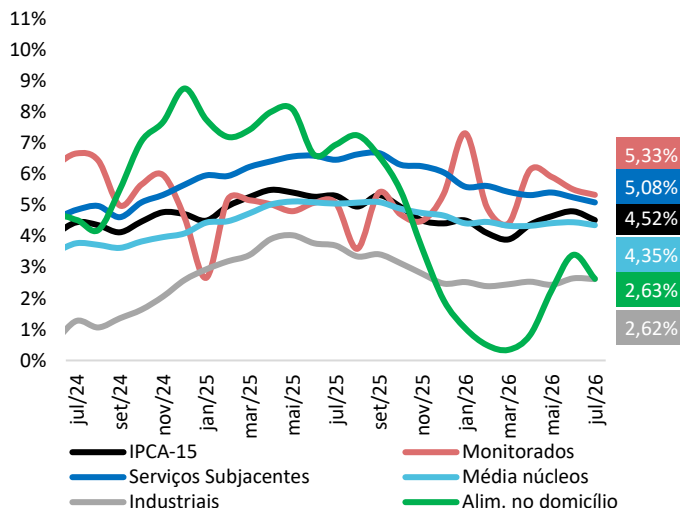
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: IPCA-15: Geral e Alimentação no domicílio
Var. % mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA-15 e Aberturas
Var. % Acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

O mercado de trabalho encerrou o 1º semestre de 2026 com sinais de acomodação, embora a taxa de desemprego siga em patamar historicamente baixo. Os dados da Pnad Contínua e do emprego formal, divulgados na última quinta-feira (30), trouxeram novos indícios de perda gradual de dinamismo, após um período prolongado de crescimento da população ocupada e de queda da taxa de desemprego, que atingiu 5,1% ao fim de 2025. Ao fim do 1º semestre de 2026, a taxa alcançou 5,4% na série original, movimento que reflete, em boa parte, fatores sazonais. De fato, na série dessazonalizada, a taxa manteve-se relativamente estável, em 5,5%, mesmo patamar do 1T26, o que confirma a leitura de estabilidade ao longo do 2T26.

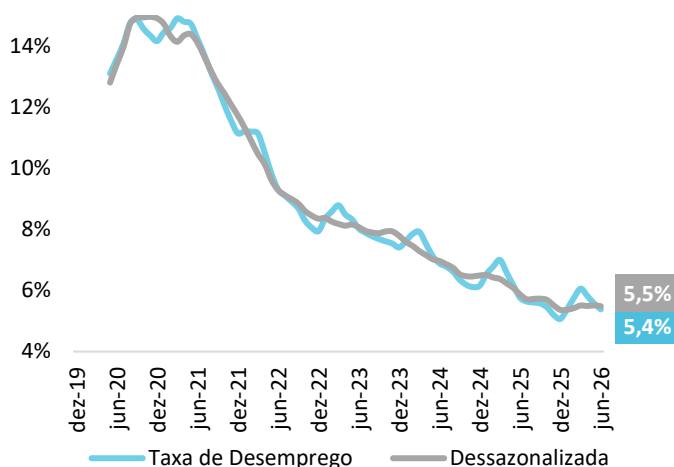
A perda de tração do mercado de trabalho também tem se refletido nos rendimentos e na massa salarial. Os rendimentos registraram queda de 1,5% no 2T26, interrompendo um longo período de avanço real. Na comparação interanual, o crescimento dos rendimentos também mostra certa moderação, com alta real de 2,8% no 2T26 (ante 5,5% no 1T26). Esse movimento sinaliza uma tendência de desaceleração dos salários, que ainda crescem acima do ritmo da atividade econômica, mas com menor pressão na margem.

O cenário de desaceleração foi corroborado pela leitura do Caged. Apesar de o resultado de junho ter vindo acima das expectativas, com criação líquida de 145 mil empregos, ante expectativa de 115 mil, a média do trimestre aponta para um mercado de trabalho menos aquecido. Na série dessazonalizada, o saldo médio ficou em 49 mil vagas líquidas no 2T26, ritmo mais compatível com a estabilidade da taxa de desocupação. Adicionalmente, no 1º semestre, a economia brasileira criou 921,6 mil empregos formais, menor nível desde 2021.

Os salários de admissão no setor formal também trazem tendência de desaceleração, com redução média de 0,85% no 2T26, reforçando a percepção de menor pressão na margem. O avanço interanual também perde ímpeto, com alta de 1,2% em jun/26 (ante 1,5% em mai/26 e 1,8% em jan/26).

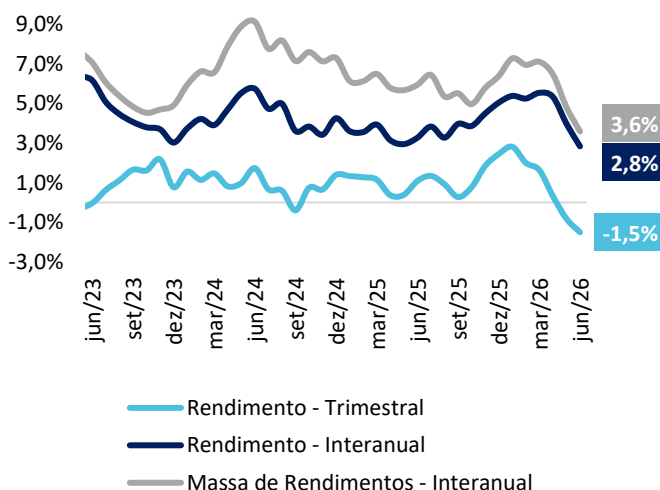
Em síntese, o mercado de trabalho mostrou sinais mais nítidos de acomodação no semestre, com menor crescimento do pessoal ocupado, estabilização do desemprego e menor pressão nos salários. Esse cenário deve continuar dando suporte ao consumo das famílias, mas de forma mais modesta, além de ajudar a reduzir as pressões sobre os preços, especialmente nos segmentos mais sensíveis ao custo do trabalho. Essa tendência é compatível com os efeitos defasados de uma política monetária restritiva sobre uma variável que, tipicamente, responde com maior atraso ao aumento dos juros.

Quadro 3: Taxa de Desemprego (%)
Original e Dessazonalizada*



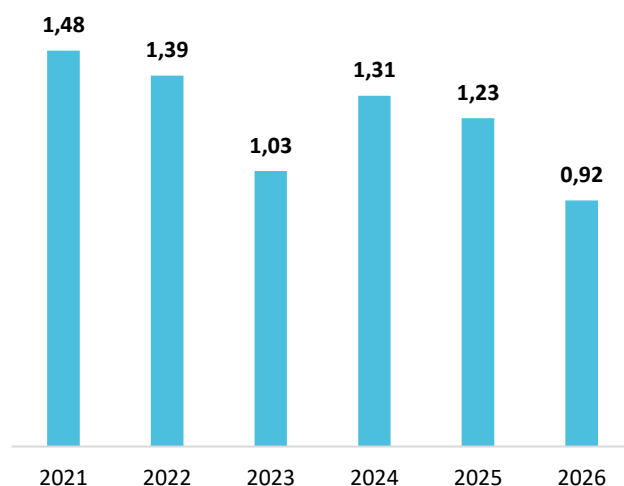
Fonte: IBGE. *Elaboração: Febraban

Quadro 4: Rendimentos do Trabalho
Var. (%)



Fonte: IBGE

Quadro 5: Criação Líquida de Empregos Formais
Acumulado no Ano até Junho (em milhão)



Fonte: Caged/MTE

Por fim, o resultado, somado aos números mais fracos de atividade e de inflação, oferece um ambiente mais favorável para o Banco Central dar continuidade ao ciclo de redução da taxa Selic (-0,25 pp) nesta semana.

No campo fiscal, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 55,3 bilhões em junho, segundo o Banco Central.

O resultado foi pior do que a expectativa de mercado, de déficit de R\$ 49,7 bilhões, influenciado principalmente pela deterioração das contas dos governos regionais, que registraram déficit de R\$ 6,6 bilhões no mês. O dado reforça a percepção de um impulso fiscal concentrado no 1S26, em meio ao ciclo eleitoral.

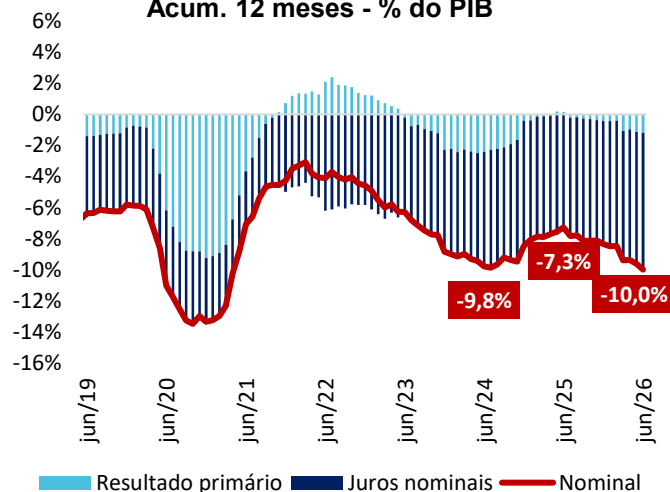
No primeiro semestre, o setor público acumulou déficit primário de R\$ 80,2 bilhões, ante superávit de R\$ 22,0 bilhões no 1S25, equivalente a uma piora de R\$ 102 bilhões no período. Parte dessa deterioração decorre do efeito calendário dos precatórios, cujo pagamento pelo Governo Federal ocorreu em março neste ano, ante julho em 2025. Ainda assim, mesmo descontando os R\$ 71,4 bilhões em precatórios já pagos neste ano, a deterioração subjacente é da ordem de R\$ 30,8 bilhões, sugerindo que a piora fiscal vai além do deslocamento de calendário.

A despesa com juros também continuou pressionada. Os juros nominais somaram R\$ 110,7 bilhões em junho, ante R\$ 61,0 bilhões em jun/25. A alta decorreu tanto do maior custo da dívida quanto do pior resultado dos swaps cambiais. Na métrica ex-swap, os juros avançaram de R\$ 81,9 bilhões para R\$ 101,4 bilhões. Em 12 meses, o custo da dívida com juros chegou a R\$ 1,24 trilhão (9,4% do PIB), parcialmente compensado por ganhos com swaps de R\$ 76 bilhões (0,6% do PIB). Com isso, a despesa líquida de juros atingiu R\$ 1,16 trilhão, ou 8,8% do PIB.

Já o resultado nominal foi deficitário em R\$ 166 bilhões no mês, levando o déficit acumulado em 12 meses a R\$ 1,3 trilhão, ou 10,0% do PIB. Esse quadro contribuiu para nova alta da Dívida Bruta do Governo Geral, que avançou 0,9 p.p. em junho, para 81,9% do PIB, equivalente a R\$ 10,8 trilhões. No semestre, a DBGG acumula alta de 3,3 p.p.; em 12 meses, o avanço é de 5,6 p.p.

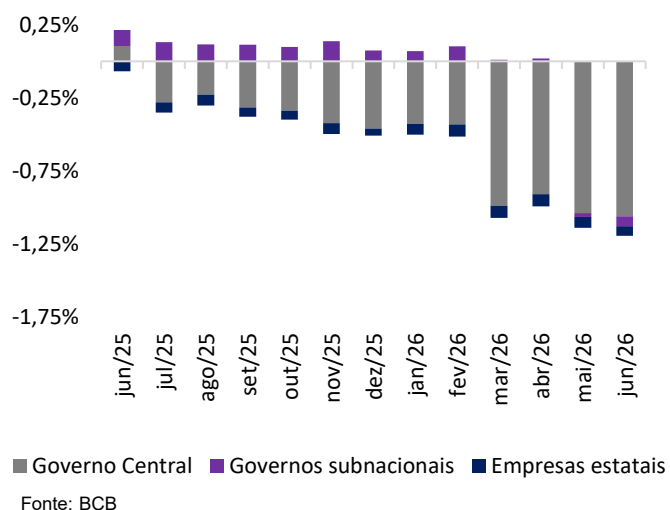
A piora da dívida reflete a combinação de déficit nominal elevado, aumento da apropriação de juros e maior emissão líquida. A taxa de juros implícita da DBGG acumulada de 12 meses chegou a 13,2% a.a. em junho, ante 12,7% a.a. em dez/25, sinalizando deterioração do custo financeiro da dívida pública.

Quadro 6: Resultado Fiscal do Setor Público
Acum. 12 meses - % do PIB



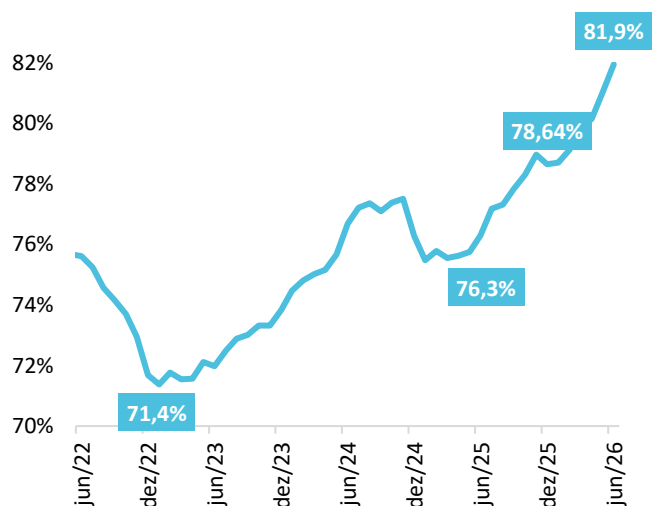
Fonte: BCB

Quadro 7: Resultado Primário por Ente
Acum. 12 meses - % do PIB



Fonte: BCB

Quadro 8: Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)
% do PIB



Fonte: BCB

Já o Governo Central registrou déficit primário de R\$ 48,2 bilhões em junho, também pior que o esperado (-R\$ 47,2 bi), segundo o Tesouro Nacional. No acumulado de 12 meses, o déficit chegou a R\$ 144,1 bilhões (-1,1% do PIB), impactado, em parte, pela concentração de dois pagamentos relevantes de precatórios no período, em jul/25 e mar/26.

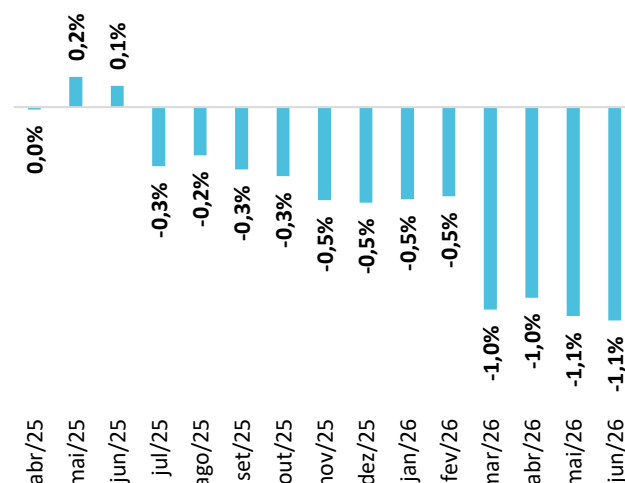
Pelo lado da receita, a arrecadação seguiu resiliente. A receita líquida registrou alta real de 10,3% frente a jun/25, acumulando crescimento de 5,6% no primeiro semestre. O desempenho ainda reflete a recomposição de bases tributárias, mudanças de alíquotas e receitas não recorrentes. No mês, as receitas administradas foram impulsionadas pelo IPI (+47,4%), favorecido pelo aumento da produção de veículos e bebidas, Imposto de Importação (+24,2%) e outras receitas administradas, estas últimas influenciadas pela tributação sobre a exportação de óleo bruto, que gerou incremento de R\$ 3,7 bilhões no mês. As receitas não administradas também avançaram, sustentadas pela exploração de recursos naturais, em especial pelas receitas associadas ao petróleo (+86,1%). Em sentido contrário, o IOF (-0,4%) deixou de atuar como vetor adicional de crescimento, refletindo uma base de comparação já afetada pelas alíquotas mais elevadas, além da acomodação no mercado de crédito livre e em operações sujeitas ao acréscimo do tributo.

Do lado da despesa, a pressão segue relevante. A despesa total registrou alta real de 9,0% ante jun/25. O principal vetor foi o aumento das despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, com destaque para pagamentos em saúde, além de R\$ 2,8 bilhões em créditos extraordinários, dos quais R\$ 2,1 bilhões associados à subvenção à comercialização do óleo diesel. Também houve crescimento de gastos obrigatórios, como os benefícios previdenciários, abono e seguro-desemprego, e pessoal e encargos.

No primeiro semestre, o crescimento real das despesas, excluindo precatórios, foi de 6,5%, o que confirma que a piora fiscal não decorre apenas do calendário judicial. Parte da expansão veio da maior execução de despesas discricionárias (+56,2%), em meio à concentração de gastos no início do ano e à execução de emendas parlamentares. Os gastos obrigatórios também seguiram em elevação, com avanço de previdência e pessoal (Quadro 10).

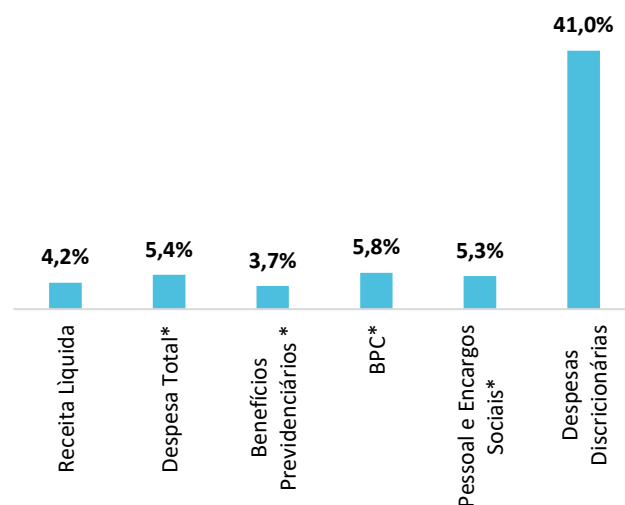
Para o segundo semestre, a tendência é de desaceleração da despesa primária, tanto pela ausência do pagamento concentrado de precatórios quanto pela necessidade de compatibilizar a execução orçamentária com a meta fiscal. Esse movimento deve reduzir o impulso fiscal sobre a atividade, embora parte do suporte à renda ainda venha de gastos obrigatórios e transferências já contratadas.

Quadro 9: Resultado Primário do Governo Federal Acumulado em 12 meses em % do PIB



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e BCB

Quadro 10: Resultado Fiscal do Governo Federal Var (%) real acumulada em 12 meses



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Febraban

* Ex-precatórios

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Juros longos sobem com Fed dividido e riscos geopolíticos

A última semana foi bastante agitada nos mercados internacionais. O Fed voltou ao centro das atenções após decisão sem consenso, que gerou reação negativa do mercado, diante da percepção de perda de credibilidade da instituição. No âmbito geopolítico, o conflito entre EUA e Irã segue sem perspectiva de resolução. Apesar disso, uma breve pausa nos ataques no início da semana foi suficiente para manter o preço do barril (*Brent*) em torno de US\$ 90 ao longo da semana.

Na economia, conforme esperado, o Fed manteve os juros inalterados no intervalo entre 3,50% e 3,75% a.a. Contudo, a decisão foi dividida (9 a 3), com os votos dissidentes a favor de um aumento de 0,25 p.p. nos *Fed Funds*. Na entrevista coletiva, Warsh reconheceu que o alívio dos últimos dados de inflação deve ser momentâneo, mas não sinalizou como pretende combatê-la. O comunicado, por sua vez, seguiu bastante sucinto e foi pouco alterado ante a reunião anterior. O mercado não reagiu bem à decisão e ao comunicado, pois via na reunião uma oportunidade para o novo presidente sinalizar disposição efetiva de combater a inflação. Diante da inação, houve forte aumento dos rendimentos das *Treasuries* de longo prazo (especialmente 30 anos), que atingiram o maior patamar desde 2007.

A prévia do PIB norte-americano do 2T26 subiu 1,5% em termos anualizados, abaixo do observado no 1T26 e do consenso (ambos +2,1%). Apesar da desaceleração, o consumo das famílias contribuiu com 2,1 p.p. no resultado, voltando a acelerar e sinalizando resiliência, assim como os investimentos (+1,2 p.p.), que seguem impulsionados pelo setor de tecnologia. Em sentido oposto, as exportações líquidas subtraíram 1,0 p.p. do PIB, refletindo, em parte, a antecipação de importações antes de uma nova rodada de tarifas. Quanto à inflação, o deflator dos gastos com consumo pessoal (PCE) desacelerou para 3,7% no acumulado em 12 meses (ante 4,1% em mai/26), enquanto o núcleo atingiu 3,3% (ante 3,4%), ambos ainda em patamar elevado.

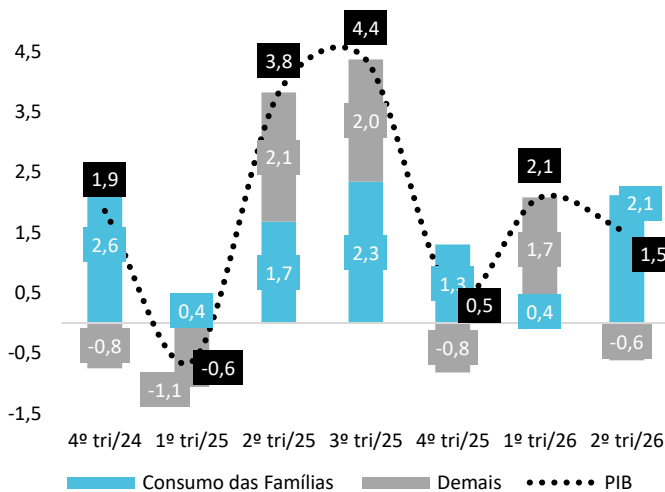
Na Zona do Euro, o PIB registrou alta de 0,4% no 2T26 (primeira estimativa), acima do consenso (+0,2%) e após estabilidade no 1T26. O resultado mostra certa melhora da atividade da região, apesar do choque de energia. Destaque para a Espanha (+0,7%), enquanto Alemanha e França cresceram apenas 0,2%. Quanto aos preços, o CPI voltou a acelerar em julho, com alta de 2,9% em 12 meses (ante 2,8%), novamente pressionado pelos itens de energia. Assim, o indicador segue acima da meta de 2,0%, reforçando a possibilidade de que o BCE volte a elevar os juros em 0,25 p.p. na próxima reunião.

Quadro 11: EUA – Rendimentos das *Treasuries* de 30 anos - Em % aa



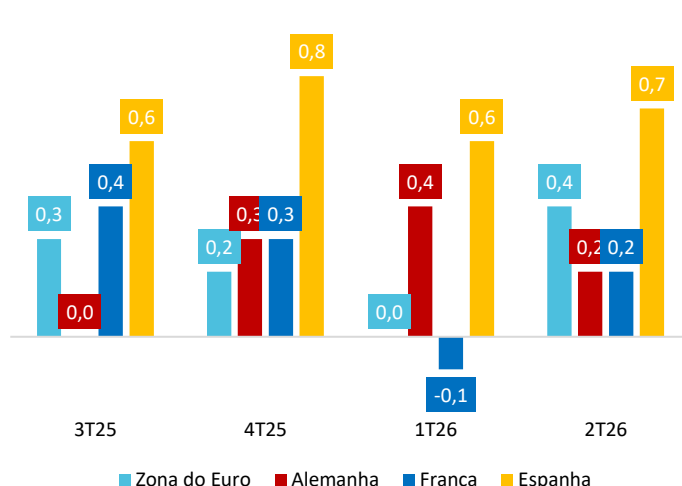
Fonte: Bloomberg.

Quadro 12: EUA – PIB – Contribuição (p.p.) para a variação trimestral anualizada



Fonte: Bloomberg.

Quadro 13: Zona do Euro – PIB Var. % ante o tri anterior



Fonte: Bloomberg.

Nota de Operações de Crédito

CRÉDITO / BANCOS

Expansão do crédito volta a acelerar, com impulso da carteira destinada às empresas

O saldo da carteira de crédito total avançou 0,7% em junho, em linha com a estimativa da Pesquisa Especial de Crédito da Febraban (+0,8%). Com isso, o ritmo de crescimento anual voltou a acelerar, ainda que ligeiramente, de 9,6% para 9,7%, se mantendo em alto patamar, apesar do elevado nível da taxa Selic.

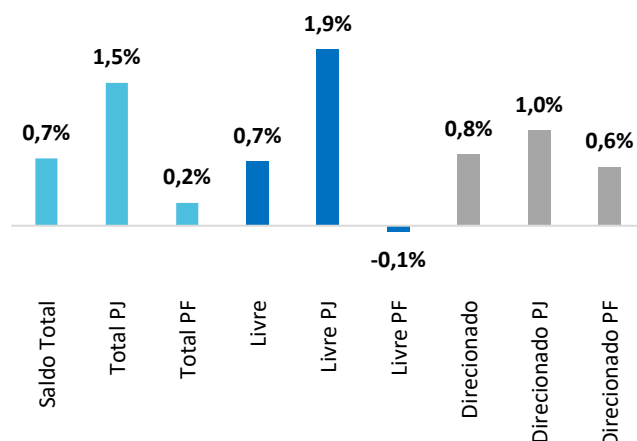
O avanço do crédito em junho foi liderado pela carteira destinada às empresas (+1,5%), puxada pelos recursos livres (+1,9%). Essa alta possui um componente sazonal em desconto de recebíveis (+11,7%) e também contou com crescimento expressivo na linha de cartão rotativo (+49,7%), possivelmente refletindo uma piora da situação financeira de MPES. Os recursos direcionados avançaram 1,0% e continuam impulsionados pelos programas governamentais destinados às MPMEs (+2,1%). A linha contou com um impulso recente de um aporte de R\$ 2 bi no fundo FGI, que serve como garantia para as operações do PEAC.

No acumulado em 12 meses, o ritmo de expansão da carteira PJ subiu para 7,9% (ante +6,9%), ainda marcada pela forte discrepância entre a carteira direcionada, que registrou alta de 17,3% (ante +18,3%), embora com alguma desaceleração na margem, mas seguindo como o segmento mais dinâmico; e, entre os recursos livres, que acelerou para 2,2% (ante +0,2%), com alguma reação em função da fraca base de comparação. Isso porque em junho de 2025 houve a majoração do IOF, que penalizou o segmento, especialmente as linhas de recebíveis (risco sacado), medida posteriormente revertida.

A carteira destinada às famílias avançou apenas 0,2% em junho, com alta exclusivamente entre os recursos direcionados (+0,6%), enquanto o segmento livre recuou 0,1%. Na carteira direcionada, o crédito imobiliário (+1,2%) segue como destaque, mais do que compensando a fraqueza do crédito rural (-1,0%), que reflete tanto a sazonalidade do período (fim da edição 2025/2026 do plano Safra) como o ambiente desafiador do setor. Na carteira livre, a queda foi puxada pelo recuo do saldo de crédito pessoal não consignado sem garantia (-1,1%) e cartão parcelado (-1,1%), possivelmente um efeito do Desenrola 2.0. Do lado das altas, o consignado privado (+3,8%) segue em ritmo forte, enquanto o cartão rotativo (+1,8%) voltou a crescer. Em 12 meses, a expansão da carteira PF desacelerou para 10,8% (ante +11,2%), com crescimentos próximos nas carteiras livre, em 11,2% (ante 11,9%); e direcionada, em 10,4% (ante 10,3%).

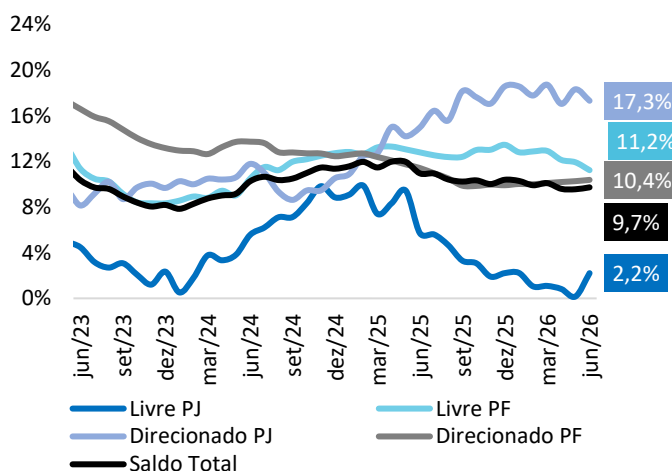
O volume total de concessões subiu 0,4% no mês de junho, com ajuste sazonal. O resultado refletiu a alta para as empresas (+1,4%), enquanto as concessões para as famílias caíram 0,2%. Vale destacar, contudo, o expressivo desempenho do imobiliário, que atingiu um volume de R\$ 26,6 bi no mês, recorde para a série (desde 2011), já descontando a inflação. A linha mostra tendência de alta desde o início do ano, em função da liberação do compulsório (5%) no fim de 2025 e das alterações nas regras do programa MCMV. Entretanto, tal dinâmica reforça a preocupação com a disponibilidade de *funding* e a sustentabilidade deste crescimento. No acumulado dos últimos 12 meses, o ritmo de expansão nominal das concessões totais acelerou de 8,4% para 9,1%, reforçando os sinais de resiliência do mercado de crédito.

Quadro 14: Saldo – Var.% mensal – Jun/26



Fonte: Bacen

Quadro 15: Saldo Total e Aberturas Var.% 12 meses



Fonte: Bacen

A taxa média de juros subiu 0,2 pp no mês, para 33,4% a.a., voltando a se aproximar da máxima histórica (33,5% a.a. em abr/26). Já o spread médio ficou estável em 22,0 pp no mês.

Além do nível ainda elevado da taxa Selic, a contínua deterioração da percepção de risco, marcada pelos níveis elevados de endividamento, comprometimento de renda e pressão sobre os níveis de inadimplência, são fatores que ajudam a explicar esse movimento.

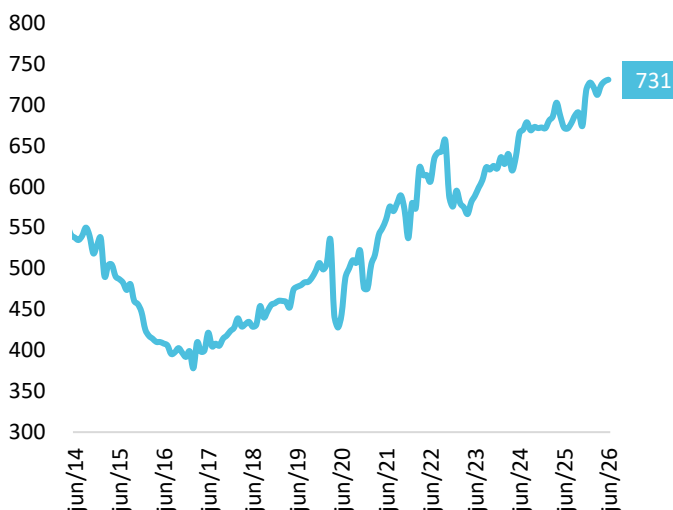
Nesse sentido, a alta do juro médio no mês foi puxada pelas operações com recursos livres destinadas às famílias (+1,2 pp, para 64,0% aa), que atingiram o maior valor desde abr/17 (66,6% aa), refletindo especialmente a alta do custo do crédito pessoal não consignado sem garantia (+6,7 pp, para 149,5% aa). O juro médio para as empresas caiu 0,4 pp no mês, para 20,8% aa, de forma disseminada nos recursos livres (-0,5 pp, para 24,4% aa) e direcionados (-0,4 pp, para 14,7% aa).

A inadimplência da carteira total (acima de 90 dias) ficou estável em 4,7% em junho. Importante seguir destacando que, segundo divulgação recente do Banco Central, 51% da alta acumulada de 1,1 pp do indicador em 2025 (isto é, cerca de 0,56 pp), decorreu das alterações regulatórias introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estabilidade foi observada tanto na carteira PF (5,6%) como PJ (3,2%). Contudo, em PF o índice seguiu piorando nas modalidades mais arriscadas como: cartão rotativo (+0,2 pp; 63,3%) e cheque especial (+0,2 pp; para 16,1%), além do consignado privado (+0,7 pp, para 8,6%). O cenário segue desafiador entre as famílias, com o nível de comprometimento de renda voltando a subir (dado defasado em um mês) e atingindo o nível de 28,5% (ante 28,4%), maior patamar da série. No caso do crédito PJ, o índice caiu 0,2 pp para 5,7% entre as MPMEs, mas refletindo provavelmente o aumento das baixas a prejuízo (W.O.). Ou seja, a queda reflete um efeito contábil e não necessariamente uma melhora no segmento. Entre as grandes empresas, o índice subiu 0,1 pp, para 0,7%.

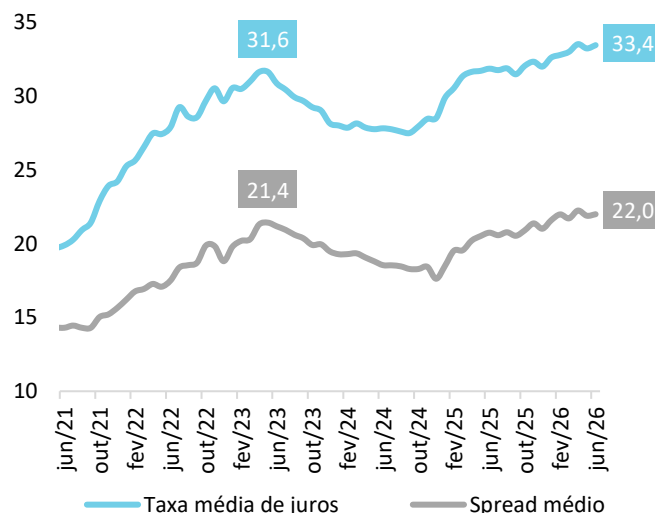
Portanto, o crescimento do saldo de crédito segue elevado, apesar do alto patamar da taxa Selic e do ambiente econômico. Porém, o desempenho da carteira direcionada (+12,7%) e livre (+7,9%) segue com grande diferença. As taxas de juros e spreads voltaram a subir, especialmente nas linhas mais arriscadas para as famílias. A inadimplência permaneceu estável, mas com piora em linhas mais sensíveis, sem sinais visíveis de uma inflexão na trajetória de alta. Portanto o cenário segue desafiador, embora as medidas anunciadas do governo sigam dando suporte adicional para o crédito. Para consultar um panorama mais detalhado das estatísticas de crédito, [clique aqui](#).

Quadro 16: Concessão Total de Crédito com ajuste sazonal – Em R\$ bi (IPCA de jun/26)



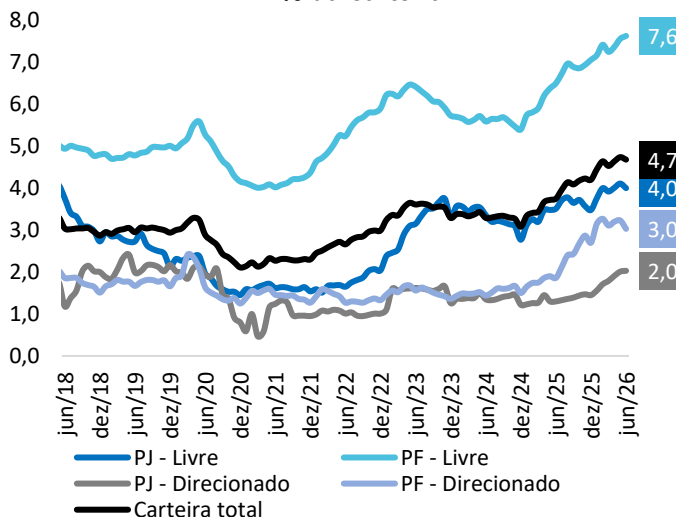
Fonte: Bacen

Quadro 17: Taxa de Juros (% aa) e Spread Médio do SFN (pp)



Fonte: Bacen

Quadro 18: Taxa de inadimplência (> 90 dias) % da carteira



Fonte: Bacen

Resultado Corporativo 2º Tri/26 Santander

CRÉDITO / BANCOS

O Santander registrou lucro líquido gerencial de R\$ 3,0 bilhões no 2º trimestre, queda de 20,4% ante o trimestre anterior e de 17,6% ante o 2T25. O resultado veio abaixo do esperado pelo mercado (R\$ 3,7 bi) e resultou em uma rentabilidade anualizada (ROE) de 12,5% (-3,4 p.p. no trimestre e -3,8 p.p. em 12 meses).

A queda do lucro ante o 1T26 refletiu, principalmente, o avanço dos gastos com PDD (+20,6%). O resultado decorre de um ambiente de crédito ainda desafiador, que tem pressionado a inadimplência, mas também do reforço da provisão no atacado (R\$ 700 mi) e da revisão dos critérios de baixa a prejuízo, segundo a instituição. Sem tais efeitos, a alta no trimestre teria sido de 9,6%. Na comparação com o 2T25, a PDD avançou 11,5%.

As receitas totais, por sua vez, recuaram 2,7% no trimestre. A margem financeira bruta caiu 3,0%, puxada pela margem com clientes (-3,2%), refletindo a queda do spread (de 10,41% para 10,03% a.a.), dada a estratégia de redução de risco da carteira (de-risking), especialmente na baixa renda. Na comparação com o 2T25, a margem bruta ficou praticamente estável (-0,4%). Já as receitas com serviços recuaram 1,9% no trimestre, com menores ganhos em seguros (-4,8%). No ano, as comissões cresceram 2,5%, impulsionadas pelas receitas com cartão e seguros.

As despesas operacionais recuaram 0,8% no trimestre, com queda de 1,8% em pessoal. Na comparação anual, as despesas avançaram 2,6%, abaixo da inflação, em função da racionalização da estrutura física e da força de trabalho da instituição. Mesmo assim, diante de uma base de receitas mais pressionada, o índice de eficiência piorou e subiu 1,5 p.p. no trimestre, para 39,3%.

A carteira de crédito ampliada do Santander atingiu R\$ 714,8 bi, alta de 5,8% em 12 meses. O crescimento foi puxado pelo segmento de financiamento ao consumo (+15,3%), composto basicamente por operações de financiamento de veículos, no qual o banco tem focado em novos veículos elétricos/híbridos. No caso das empresas, a carteira destinada a MPMEs subiu 11,5%, enquanto o crédito para grandes empresas avançou 6,8%. A carteira de pessoas físicas, por sua vez, registrou estabilidade (-0,1%), reflexo da estratégia de redução da exposição ao segmento massivo (baixa renda), com recuos no saldo do consignado (-14,7%) e do crédito pessoal (-8,6%). Tais quedas foram compensadas pelo avanço da carteira de cartão (+13,0%) e imobiliário (+10,6%).

A inadimplência (acima de 90 dias) ficou estável em 3,3% da carteira total no trimestre, com alta na carteira PF (+0,2 p.p., para 5,1%), compensada pelo recuo em PJ (-0,2 p.p.; 1,6%). Segundo a instituição, o aumento em PF ocorreu principalmente nos clientes de baixa renda e no setor agropecuário, diante do elevado nível de endividamento e do cenário desafiador no segmento. A queda da inadimplência entre as empresas foi liderada pelas MPMEs (-0,7 p.p., para 5,3%), em função do maior volume de baixas a prejuízo. Entre as grandes empresas, o índice ficou estável em 0,2%.

Quadro 19: Resultado 2T26 – Santander

Banco Santander - R\$ Mi	2T25	1T26	2T26	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS					
Ativo Total	1.224.314	1.286.795	1.285.987	-0,1%	5,0%
TVM	318.782	335.955	329.235	-2,0%	3,3%
Depósitos	487.545	489.868	504.489	3,0%	3,5%
Patrimônio Líquido	92.459	97.523	98.210	0,7%	6,2%
DRE¹					
Margem Financeira Bruta	15.396	15.812	15.341	-3,0%	-0,4%
Resultado de PDD	-6.862	-6.344	-7.654	20,6%	11,5%
Receitas com serviços e tarifas	5.204	5.435	5.334	-1,9%	2,5%
Despesas de pessoal	-3.033	-3.050	-2.995	-1,8%	-1,2%
Despesas administrativas	-3.379	-3.583	-3.583	0,0%	6,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-1.928	-2.300	-2.534	10,2%	31,4%
IR/CSLL	-429	-677	584	-186,3%	-236,1%
Lucro/Prejuízo do período²	3.659	3.788	3.014	-20,4%	-17,6%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE¹					
ROAE	16,4%	16,0%	12,5%	-3,4 pp	-3,8 pp
ROAA	1,2%	1,2%	0,9%	-0,3 pp	-0,3 pp
Índice de eficiência	36,8%	37,7%	39,3%	1,5 pp	2,4 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito	675.523	705.582	714.769	1,3%	5,8%
PF	263.651	265.261	263.424	-0,7%	-0,1%
PJ	324.469	344.880	350.580	1,7%	8,0%
PMEs	86.056	93.704	95.957	2,4%	11,5%
Grandes empresas	238.413	251.176	254.623	1,4%	6,8%
Financiamento ao consumo	87.403	95.442	100.766	5,6%	15,3%
Carteira de crédito ampliada³	675.523	705.582	714.769	1,3%	5,8%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	41.666	44.584	43.968	-1,4%	5,5%
Despesa PDD/Carteira de crédito amp.	1,0%	0,9%	1,1%	0,2 pp	0,1 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito amp.	6,2%	6,3%	6,2%	-0,2 pp	0,0 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	2,6%	3,3%	3,3%	0,0 pp	0,7 pp
Índice de Cobertura (Estágio 3)	67,1%	67,6%	65,0%	-2,6 pp	-2,1 pp
Índice de Basileia	15,0%	15,2%	15,3%	0,2 pp	0,3 pp

Fonte: Santander RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹Anualizado ²Lucro Líquido Ajustado Gerencial ³Inclui outras operações com risco de crédito: debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e avais e fianças.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	31/07/2026	24/07/2026	03/07/26	Viés	31/07/2026	24/07/2026	03/07/26	Viés
IPCA (%)	5,03	5,12	5,30	▼	4,22	4,22	4,18	↔
PIB (% de crescimento)	1,99	1,99	1,99	↔	1,57	1,60	1,69	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	13,75	14,00	14,00	▼	12,00	12,00	12,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	↔	5,28	5,29	5,28	▼

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	31/07/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,07	-0,20%	-1,72%	-7,34%	-9,42%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	124,97	0,35%	0,17%	-9,77%	-16,53%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,96	-0,49%	-1,39%	-6,32%	-6,37%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,84	-1,83%	-1,22%	0,27%	-6,11%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,44	-1,46%	1,97%	7,15%	5,25%
Índice Ibovespa (em pontos)	177.999,00	2,27%	3,47%	10,47%	33,76%
IFNC (setor financeiro)	18.886,12	1,89%	4,77%	9,19%	31,37%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,29	-0,91%	2,85%	24,44%	8,44%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,73	1,23%	6,04%	14,87%	8,25%
Dollar Index	99,80	-1,64%	-1,37%	1,59%	-0,17%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.489,72	1,05%	-0,13%	8,61%	18,15%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	187,03	-0,66%	3,16%	12,97%	30,75%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	147,42	0,50%	1,38%	17,69%	27,27%
Índice Euro Stoxx 50	6.358,01	1,23%	0,47%	9,69%	19,51%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	310,10	2,30%	5,58%	17,56%	41,12%
Barrel de Petróleo - tipo Brent (US\$)	90,12	-6,88%	23,59%	45,54%	24,25%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins